
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
RESOLUÇÃO Nº 749/CMPV-2025 DE 10 DE OUTUBRO DE 2025

“Altera dispositivos do art. 89 e acrescenta o art. 103- E à Resolução nº 254, de 11 de outubro de 1991- Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Velho.”

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 28, alínea “f” da Resolução nº 254, de 11 de outubro de 1991 – Regimento Interno,

FAZ SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu, **FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS**, na qualidade de seu Presidente, promulgo a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º Acrescenta o inciso XXV, no art. 89 do Regimento Interno Municipal, com a seguinte redação:

“Art. 89 (...)

(...)

§1º - As Comissões Permanentes serão em número de 25 (vinte e cinco), cada uma composta de 3 (três) membros, à exceção da Comissão de Integração Distrital que será composta 05 (cinco) membros, com as seguintes denominações:” (NR)

Art. 2º Acrescenta o inciso XXIII ao §1º do artigo 89 da Resolução nº 254, de 11 de outubro de 1991, com a seguinte redação:

“XXV - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência” (AC)

Art. 3º Acrescenta o Art. 103-E à Resolução nº 254, de 11 de outubro de 1991, com a seguinte redação:

“Art. 103-E. Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

I – propor, analisar e emitir parecer sobre projetos de lei e demais proposições relacionadas aos direitos e interesses das pessoas com deficiência;

II – fiscalizar e acompanhar a execução de programas municipais voltados às pessoas com deficiência;

III - Acompanhar a implementação da Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) no âmbito do Município, fiscalizando o cumprimento de suas diretrizes;

IV – Propor medidas de desburocratização e simplificação de benefícios e procedimentos administrativos que favoreçam a pessoa com deficiência;

V – promover audiências públicas, debates, seminários e outros eventos, visando à participação da sociedade civil e à disseminação de informações sobre os direitos das pessoas com deficiência;

VI – Colaborar com outras comissões permanentes ou temporárias da Câmara em matérias correlatas, preservando sempre a autonomia da comissão e seu foco de atuação; manter interlocução permanente com órgãos públicos, conselhos, entidades da sociedade civil e demais instituições que atuem na defesa dos direitos das pessoas com deficiência;

VII – propor ações, leis e medidas que visem à eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais que dificultem ou impeçam a plena inclusão das pessoas com deficiência;

VIII – atuar na defesa da acessibilidade e inclusão em todas as esferas municipais. (AC)

Art. 3º O funcionamento, as reuniões e os procedimentos da Comissão observarão as normas regimentais vigentes.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Porto Velho, 10 de outubro de 2025.

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho

Projeto de Resolução 831/2025
Autoria: Vereador Nilton Souza

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5EBDFD5D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 21/10/2025. Edição 4092
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>